



essão solene de abertura dos  
Estudos Gerais Universitários  
de Moçambique realizada a  
oito de Novembro de mil no-  
vecentos e sessenta e três



Sessão solene de abertura  
dos Estudos Gerais Universitá-  
rios de Moçambique realizada  
a oito de Novembro de mil  
novecentos e sessenta e três



Estudos Gerais Universitários de Moçambique

Lourenço Marques — 1963

*Festas de Carlos Alberto e Américo Afonso*



*Alocução do Magnífico Reitor,  
Prof. Doutor José Veiga Simão*



Ex.<sup>mo</sup> Senhor Governador-Geral de Moçambique  
Ex.<sup>mo</sup> Senhor Representante de S. Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima  
o Arcebispo de Lourenço Marques  
Ex.<sup>mas</sup> Autoridades Cíveis e Militares  
Sábios Doutores  
Prezados Estudantes  
Minhas Senhoras e meus Senhores

Com esta cerimónia em que pela primeira vez se reúnem em claustro pleno os docentes dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, congregação a que a presença de Vossa Excelência dá todo o relevo e empresta o necessário brilho, inauguram-se solenemente os trabalhos escolares desta Instituição de Ensino Superior, e radica-se em terras da África Oriental a Universidade Portuguesa. Em momento tão transcendente para a comunidade lusiada e, em especial, para Moçambique, queria que as minhas primeiras palavras traduzissem Fé inabalável e Esperança indefectível nos destinos da Nação que, embora vivendo um dos mais difíceis períodos da sua história, há-de superá-lo pela firme vontade dos seus filhos. E que traduzissem também a minha fé na acção da Universidade, que, colocada uma vez mais perante o problema da sobrevivência nacional, continuando a ser igual a si própria, não renegará as suas tradições nem atraçoará a sua finalidade.

Queria ainda dirigir-me à juventude, e em especial à juventude universitária, para manifestar a minha incondi-

cional confiança na força do seu idealismo, na nobreza dos seus sentimentos e na generosidade das suas atitudes e para exortá-la a que mantenha até ao sacrifício a força desse idealismo, dessa nobreza e dessa generosidade, sem deixar que a sua inteligência se cegue pelas paixões ou que o coração seja corrompido pelos ódios, pela inveja ou pelos despeitos.

Foi exactamente por confiar na alma límpida da juventude, e porque ao abraçar a carreira docente fiz voto de dedicar-lhe o melhor de mim, que hoje aqui me encontro sacrificando-lhe os meus gostos pessoais e as minhas gratas aspirações académicas.

\* \* \*

Escreve-se no Estatuto de Instrução Universitária, diploma que regulamenta o funcionamento dos Estudos Gerais, que ao Reitor compete elaborar um relatório anual sobre o estado geral do ensino, a vida universitária e as suas necessidades mais imperiosas e urgentes, o qual será presente ao Senado e enviado ao Governo.

Porque só agora se iniciaram os trabalhos escolares destes Estudos Gerais, o cumprimento do preceito legal que atrás citei terá de envolver mais uma afirmação de princípios que possa contribuir para uma perfeita compreensão das posições tomadas no decurso das árduas e melindrosas diligências que levaram à instalação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, do que o relatório formal da sua vida de relação e actividade científica.

Criada em estreita ligação com as Universidades Metropolitanas, às quais pediu o amparo e conselho amigo fundamentados em séculos de experiência, a Universidade de Moçambique sabe perfeitamente o que deve às suas congéneres europeias.

Tal origem que, aliás, nos honra e desvanece, não obriga

necessariamente a jovem Universidade de Moçambique a tornar-se uma cópia das suas irmãs mais velhas, pois, se não devemos deixar toldar o nosso espírito por incompreensível cegueira que nos impeça de reconhecer-lhes as virtudes e os méritos, não poderemos também ignorar-lhes as deficiências ou esconder-lhes as imperfeições.

Acresce que só uma total ignorância da realidade e completa incompreensão do que deve ser a essência profunda do espírito universitário podem dar origem a que se julgue que se tenta criar, num meio social com características específicas e bem definidas, uma Instituição de Ensino Superior em tudo igual a qualquer outra, nacional ou estrangeira.

Mas o facto de desejarmos diferente, para desejar melhor, não obriga — porque é injusto — a dirigir à Universidade que nos fornou as setas venenosas ou críticas destrutivas inconsistentes e demagógicas formuladas tantas vezes por alguns dos que apenas passaram pelos bancos da Escola que condenam, ou dos que, porventura frustrados nas suas ambições, por muito legítimas que tivessem sido, são apenas determinados por sentimentos de despeito e inferioridade.

Professores e estudantes da Universidade de Moçambique, têm de manter-se desde agora ligados por um laço indissolúvel de pensamento e acção, o qual visará o esforço conjunto persistente e continuado para colocar a Instituição em que todos trabalhamos na vanguarda da Universidade.

Esta ambição humana e legítima tem custado, e vai custar-nos ainda, imensas canseiras e desgostos, algumas desilusões, lágrimas talvez; mas onde estará o coração Português que não queira devotar-se a tal obra?!

Destas singelas considerações, sem esforço se depreende que ao Reitor e Professores destes Estudos Gerais não satisfazem todos os padrões pelos quais se orienta a Universidade do nosso País, porque foram delineados para um

tipo de Escola que em certos domínios já mal correspondem às necessidades do nosso tempo e do nosso meio.

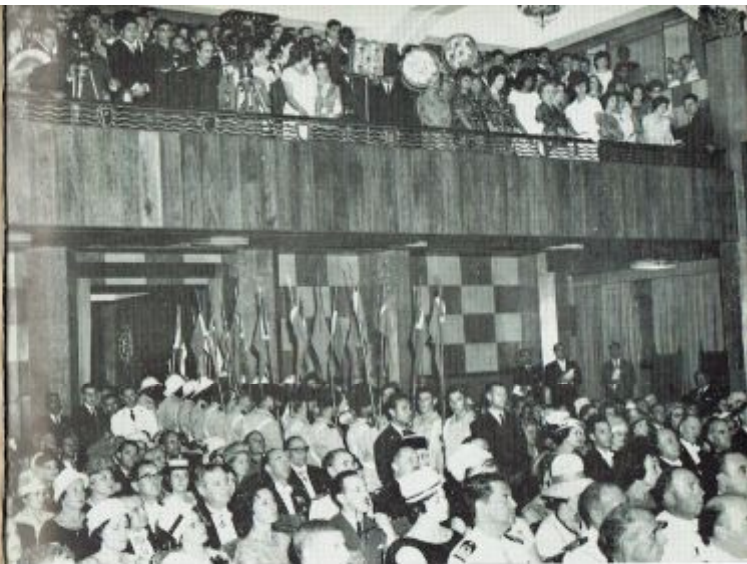
Efectivamente, uma Universidade actual não deverá limitar-se apenas a formar os técnicos que o País carece e os profissionais capazes de equacionar e resolver os problemas económicos e sociais do nosso tempo. Tem de formar Homens cultos, no nosso caso Homens Portugueses ao serviço de Portugal, os quais, pela força dessa cultura, mantenham uma completa independência de espírito e cultivem o amor da verdade e da justiça.

Nas últimas décadas assistiu a humanidade a um surto gigantesco de progresso material, baseado no desenvolvimento científico que o homem jamais sonhara. Admiráveis descobertas promoveram a expansão da ciência, que chegou a todas as actividades humanas, alongando e aprofundando de forma notável o âmbito do conhecimento.

Desvendaram-se segredos da estrutura da matéria, penetrou-se no mundo microscópico e surgiram descobertas sensacionais sobre a estabilidade de estruturas altamente complexas como são as dos constituintes essenciais da célula viva. Arrancaram-se à natureza novas fontes de energia e forjaram-se armas gigantescas de destruição e de morte.

Um tal progresso científico e técnico exigiu novos esquemas de ensino e, em consequência desse facto, muitas Universidades europeias e norte-americanas rapidamente modificaram os seus planos de estudo, orientando-se no sentido de uma profunda especialização, enquanto que em Portugal o Ensino Superior evoluiu para uma estrutura que pode denominar-se como um aglomerado de especializações.

Seguiram a primeira orientação os países altamente industrializados que exigiram, cada vez com maior insistência, para corresponder às necessidades do progresso, o preenchimento dos seus quadros técnicos e científicos. Para ganharem os benefícios da revolução industrial que



cupação que me tem acompanhado e que me parece tarefa indispensável — a necessidade de se reverem com toda a urgência a estrutura e orgânica do nosso Ensino Superior em todo o território nacional.

Só com a reforma do Ensino Superior os Estudos Gerais Universitários poderão cumprir a missão que lhes assinala o Estatuto Universitário: serem centros de alta cultura e de investigação científica.

Mau grado todas as deficiências e dificuldades e enquanto aguardamos que os anseios da Universidade sejam atendidos, poderemos desde já enveredar por caminhos de reforma em dois pontos fundamentais e que dependem essencialmente do Professor: são eles os programas das cadeiras e os métodos de ensino.

A este propósito queria apenas citar o que já uma vez afirmei:

«Um Professor, um verdadeiro Professor, anseia por melhorar e actualizar continuamente o seu ensino, estruturando os programas das cadeiras que rege de modo a elevar o mais possível o nível científico dos cursos, condicionado, aliás, pelo grau de formação cultural e científico dos seus discípulos.

Um Professor que se dedica totalmente à sua missão — a de ensinar e de investigar — é ainda o responsável pela técnica e métodos de ensino que utiliza nas aulas práticas e teórico-práticas de modo a ilustrar e dar realidade e vida aos conhecimentos expostos com a maior clareza nas aulas teóricas».

Resulta do que se disse a necessidade de laboratórios bem equipados e de um quadro de pessoal docente e técnico suficiente para que o aluno tenha possibilidade de realizar efectivamente por si as experiências laboratoriais e resolver as dificuldades que lhe surgirem, sob a assistência permanente dos Professores.

Faremos tudo quanto caiba em nossas forças para me-

lhorar o nível do ensino, tanto mais que a relação estudante-professor é sobremodo favorável a um ensino vivo e activo. Uma convivência natural estabelecer-se-á entre professores e alunos — pois espero que ninguém já acredite na transplantação para os tempos de hoje do catedrático austero e do assistente encerrado em torre de marfim — e haverá uma mais perfeita cooperação. Os estudantes devem e podem ver nos seus mestres, antes de tudo, amigos mais velhos, sempre dispostos a ajudá-los a resolver as suas dificuldades.

Outra das funções essenciais da Universidade, a que já fiz referência, é a investigação científica e foi até neste domínio que muitas das Universidades mais conhecidas se tornaram célebres no mundo inteiro.

Sem falsa modéstia, que seria de todo descabida, penso ser verdade indesmentível que entre nós em nenhuma circunstância se conseguiu transferir de uma só vez para uma Escola um grupo de investigadores que, pela qualidade ou pela quantidade, pudesse ombrear com o que me acompanhava para os Estudos Gerais de Moçambique.

Sentimos no sangue o peso da responsabilidade que a lei nos confiou, mas não a enjeitamos. Por isso os Estudos Gerais Universitários se preparam para em breve estruturar em bases sólidas, à semelhança do que foi levado a cabo em países mais evoluídos, as tarefas de investigação que lhe cumpre realizar.

Mas queremos realizar esta tarefa necessária e urgente sem atropelar ou molestar ninguém, até porque, para parafraseando um estadista ilustríssimo, pensamos «que todos não somos demais para vencer as dificuldades que se nos antepõem».

\* \* \*

O número de alunos inscritos nos diferentes cursos professados nos Estudos Gerais Universitários de Moçambi-

que excedeu em muito as mais ousadas previsões. Encontram-se já matriculados 266 alunos, dos quais 131 em Ciências Pedagógicas, 91 nos diferentes ramos de Engenharia, 25 em Medicina, 13 em Veterinária e 6 em Agronomia.

Se recordarmos que há alunos que estão ainda procurando a sua matrícula e que alguns outros aguardam que sejam deferidos os pedidos de transferência de Universidades Metropolitanas, não é exagero afirmar que nesta Escola Superior haverá uma população escolar de cerca de 300 alunos. Deste modo os Estudos Gerais Universitários de Moçambique iniciam os seus trabalhos no primeiro ano de funcionamento com um número de alunos que é dos mais elevados quando comparado com o número com que se iniciaram muitas outras Universidades africanas.

Este facto enche-nos de júbilo e de esperança, não só pelo que representa de justo anseio de valorização cultural e profissional da população desta Província, mas ainda por constituir um índice de confiança na eficiência do nosso magistério, sendo também uma resposta adequada àqueles que, instalados num passivismo cómodo, têm a descrença como norma de vida e o pessimismo como filosofia, esquecendo-se que já o nosso grande poeta escrevera: «Tudo vale a pena se a alma não é pequena».

A Universidade sente a enorme responsabilidade que esta elevada frequência escolar faz recair sobre os seus ombros, mas está firmemente determinada a não enjeitar essa responsabilidade, procurando honrá-la com um trabalho digno e pertinaz, se não puder ser com rasgos de génio e fulgores de inteligência.

Outro motivo de intenso júbilo para o Reitor reside no facto de ter conseguido a colaboração para esta Universidade de um escol de Professores de valor indiscutível.

Acompanharam-me com a mesma esperançosa alegria, com a mesma determinação de servir prontamente a Província e o País, um escol de Professores dos mais distintos,

de créditos firmados, com experiência de ensino e de organização de serviços universitários.

Sinto, caros colegas, que tomaríeis como descabido e inútil que vos agradecesse publicamente a vossa colaboração na obra que esta Escola se propõe realizar, pois não viestes em busca de glórias vãs ou de situações de proeminência que por vossos méritos há muito haveis conquistado. Viestes com a serenidade de quem cumpre um dever de consciência. O barco em que juntos navegamos a partir de agora sulca naturalmente em mar agitado e a viagem por isso não será fácil nem cómoda. Mas sois vós mesmos, distintos colegas, que me dais a garantia de que a levaremos a bom termo.

Irmanados pelos mesmos sentimentos de fraternidade e de amor ao trabalho, firmados ao calor da mesma *alma mater* — a Universidade Portuguesa —, sem ambições inconfessáveis ou fúteis desejos de efémeras glórias para satisfazer, todos nós, com a ajuda dos nossos escolares, venceremos para bem de Portugal.

Acusada por muitos, que mal compreendem as suas razões ou deficientemente entendem o seu espírito, de ser conservadora e paralisante, a Universidade é de raiz revolucionária e inconformista e, para se não negar, tem de manter em todas as circunstâncias um vivo desejo de progresso e um ansioso desejo de realizar sempre mais e melhor.

Por essa razão, e para estar integrada no espírito da Instituição que representa, o Reitor de uma Universidade tem de ser um insatisfeito e de possuir um espírito que se não coaduna com pseudo-soluções — nenhuns motivos o deverão impedir de manifestar os justos anseios da Instituição que dirige e apontar-lhe as imperfeições.

Não desejava que a sessão inaugural do primeiro ano de funcionamento efectivo destes Estudos Gerais (o qual se segue ao período agitado, ebuliente e fatigante dos trabalhos preparatórios para a sua instalação) fosse assina-

lado pela explanação de muitas dificuldades ou ficasse manchado por exageradas lamentações. Mas não posso esconder que esta Universidade tem graves e importantes problemas que urge solucionar com critério largo e espírito aberto.

Seleccionado e encomendado caro e moderno equipamento científico e planeados os edifícios, tínhamos o legítimo desejo de ver os nossos laboratórios em pleno funcionamento logo no primeiro dia lectivo.

Entusiastas da investigação científica, que consideramos obrigação fundamental de uma Universidade, queríamos assegurar aos nossos colaboradores, desde o momento da sua chegada a Moçambique, possibilidades de trabalho e pesquisa.

Por uma ou outra razão, e apesar da congregação de muitas vontades e inteligências, não foi possível que assim acontecesse.

A situação ocasionou contratempos, causou desânimos passageiros, deu-nos preocupações e muitas vezes meditamos se teria sido prudente, justo e legítimo desviar investigadores para outra actividade que nada lhes dava em troca, se teria sido justo, humano e legítimo afastar de suas cátedras e laboratórios, professores para virem ensinar numa Escola que como instalações docentes pouco mais poderia dar-lhes do que um quadro preto e um giz.

Porém, entre dificuldades e preocupações, do estudo atento das deficiências e lacunas renasceram novas forças que nos levaram a procurar soluções de emergência que, sem satisfazerem ninguém, tornaram possível ao menos a abertura, em tempo conveniente, dos cursos teóricos de todas as cadeiras que podem ensinar-se nos Estudos Gerais de Moçambique.

Mas ninguém tenha ilusões. Esta situação não poderá manter-se sem grave prejuízo para a Universidade e para aquilo que todos desejamos que ela represente.

No sentido de remediar as deficiências existentes e encontrar as soluções que se impõem, tive a honra de dirigir há dias ao Ex.<sup>mo</sup> Senhor Governador-Geral uma longa exposição na qual se afirma:

«A afluência de alunos que neste ano se propõem frequentar nos Estudos Gerais as disciplinas de Física, Química e Ciências Naturais é tal que obrigará a que os laboratórios projectados (e quando concluídos) venham a ter de funcionar quase ininterruptamente das 7 às 18 horas e que certas aulas teóricas de cursos menos numerosos tenham de ser dadas em gabinetes de trabalho ou em pequenos compartimentos destinados a outros serviços e sem nenhuma condições de salas de aulas.

Pedimos licença para, insistentemente, chamar a escardecida atenção de Vossa Excelência para esta situação e para o facto de que no próximo ano será impossível (tendo em conta o aumento de número de cadeiras que ali terão de professar-se, correspondente aos 2.<sup>os</sup> anos dos cursos agora existentes e ao número de alunos que pela primeira vez se inscreverão) utilizar aquelas instalações para o serviço docente dos Estudos Gerais.

A situação poderá agravar-se ainda mais se, como se espera e está prevista, no próximo ano tiverem de funcionar nos Estudos Gerais, além dos cursos que neles se professam, as disciplinas correspondentes às licenciaturas da Faculdade de Ciências e forem satisfeitos os desejos de criação de novas faculdades.

Estes factos tornam inadiáveis as decisões que têm de ser tomadas para permitir a instalação definitiva — sem luxos desnecessários, mas digna e funcional — ao menos dos Institutos de Física, Química, Zoologia, Botânica e Mineralogia, os quais, segundo julgamos, devem já ser delineados e localizados de modo que possam constituir o primeiro núcleo de edificios da futura Cidade Universitária.

Pelo que atrás se expõe, parece-me imprescindível e urgente que, desde já, Vossa Excelência se digne ordenar as diligências necessárias à solução deste problema fundamental para o regular funcionamento desta Instituição, sob pena de, no próximo ano lectivo, se ter de enfrentar uma situação que não dignificará nem o País, nem o Governo, nem os Estudos Gerais de Moçambique».

A simpatia e a compreensão de Sua Excelência para os problemas da Universidade, bem claras no despacho que sobre a nossa exposição exarou, fazem-nos olhar o futuro com menos ansiedade, na esperança de no próximo ano os Estudos Gerais funcionarem em instalações que sejam o núcleo à volta do qual virá a desenvolver-se a Cidade Universitária de Moçambique.

\* \* \*

Às dificuldades naturais e esperadas e aos imprevistos que sempre surgem quando se pretende erguer uma obra grande e digna, vem muitas vezes juntar-se a acção daqueles cuja actividade primeira parece ser a de justificar a sua inactividade, procurando em formalismos legais os pretextos de liquidação das iniciativas mais válidas e construtivas.

Ora Servir é cada um procurar na legalidade e na ordem as soluções apropriadas às causas justas e grandes, é torná-las possível, é comungar nos anseios de todos, para os resolver com o coração e com a inteligência.

Porque alguns dos primeiros têm surgido no caminho dos Estudos Gerais de Moçambique, não pode o Reitor deixar de endereçar aqui uma palavra de agradecimento àqueles outros, e tantos são, que a seu lado têm lutado com pertinácia e sacrifício. Esses, sim, são os que com perfeita consciência da sua missão bem têm servido a Universidade e o País.

Penso não susceptibilizar ninguém e do coração não pretendo fazê-lo, citando entre eles, porque é de justiça, o Major João Maria Bento, ilustre Presidente da Junta de Comércio Externo, e seus colaboradores.

Desde a primeira hora o Reitor o encontrou a seu lado e ao seu dinamismo fica a Universidade a dever incontáveis serviços.

\* \* \*

O desejo de ser breve tornou-me porventura pouco claro e obrigou-me a omitir referências que talvez tivessem neste relatório o seu lugar próprio.

De qualquer modo não desejava que uma ou outra frase mais viva pudesse entender-se como manifestação de descrença ou de renúncia.

A grandeza da tarefa que a esta jovem Universidade incumbe é suficientemente aliciante para fazer-nos esquecer canseiras e vigílias.

A Universidade tem a plena consciência de estar a trabalhar por alguma coisa que vale mais do que as vidas de todos os que a integram: pelo primado do saber; pela sobrevivência e pela expansão da cultura Portuguesa nesta parte do Continente Negro.

Para que a batalha se ganhe não nos faltará, de isso estamos seguros, nem o apoio material que nos há-de permitir trabalhar, nem a simpatia da boa gente desta Terra, nem o apoio do Governo Central, tão digna e exemplarmente representado nesta cerimónia pela pessoa de Vossa Excelência, Senhor Governador-Geral, a quem dirijo as mais respeitadas saudações e a quem publicamente quero agradecer, em nome do pessoal e dos Estudos Gerais, a esclarecida clarividência com que tem encarado os seus problemas e procurado solucionar as suas dificuldades.

Peço-lhe, Senhor Governador, para transmitir os meus

mais profundos agradecimentos a Suas Excelências o Senhor Presidente do Conselho e os Senhores Ministros do Ultramar e Educação pelo seu devotado e contínuo interesse.

Termino pois, como principiei, proferindo palavras de Fé e de Esperança. Que elas aqueçam o coração de todos nós para realizarmos mais e melhor, ao serviço de Portugal.

*Oração de Sapiência pronunciada pelo  
Prof. Doutor Luis Ribeiro Soares*



Ex.<sup>mo</sup> Senhor Governador-Geral

Magnífico Reitor

Reverendíssimo Senhor Vigário-Geral, representante de

S. Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Lourenço Marques

Excelentíssimas Autoridades Militares e Cíveis

Sapientíssimos Doutores

Senhores Estudantes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quis V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Reitor, incumbir o mais humilde dos mestres do seu Estudo Geral, de proferir a tradicional *Oratio pro rostris*, com que se inicia mais um ano lectivo universitário. Repito propositadamente: mais um ano lectivo; não, o primeiro ano lectivo, que esse só diz respeito à mera circunstância geográfica do Estudo Geral que ora inauguramos. E este, se novidade pela nova ladeza da poma terrestre em que pela primeira vez ergue a voz, será também continuidade, como presença viva nesta sentinela austral da terra portuguesa da velha sabedoria, *alma mater* e denominador comum a gregos e troianos, de humanidade, de civilidade, na contingência histórica das culturas e no xadrez étnico do *mappa-mundi*. E foi com a certeza do amparo vigoroso das vozes fortes que ecoam antes de mim que me lancei a cumprir aquilo que

o meu Reitor, símbolo vivo da velha Universidade que tenho a honra de servir, quis que um qualquer dos seus mestres fizesse.

Senhor Governador-Geral

Na pessoa de Vossa Excelência seja-me lícito saudar, não só o magistrado insigne que tão alto tem levantado o prestígio da Nação Portuguesa nesta nobre província de Moçambique, mas também o representante do venerando Chefe de Estado, cuja presença real não pudemos infelizmente ter, como teve a nossa querida irmã angolana, mas que esperamos a honra de merecer no próximo ano. Queira, pois, vossa Excelência receber em seu nome o preito destes Estudos Gerais a essa figura excelsa que com tanta dignidade tem suportado o duro fardo da governação neste momento tão difícil, mas tão digno de ser vivido, da história de Portugal.

Também, muito especialmente queremos memorar aqui e agora, esse exilado da cátedra que, estóicamente, trocou o prestígio de um mestrado, já tão fecundo e ainda tão esperançoso, pelo árduo cuidar da *res publica*, não menos digno, por certo, mas tão erigido de escolhos e abrolhos.

Para o Senhor Presidente do Conselho, o jovem professor de Coimbra encanecido ao serviço da grandeza de Portugal, os protestos da nossa incondicional admiração e respeito, e o agradecimento sincero pela firmeza inquebrantável de mantenedor da integridade do nosso património e da nossa honra de portugueses.

Reverendíssimo Senhor representante de Sua Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Lourenço Marques

Aos pés de Sua Ex.<sup>a</sup> Reverendíssima deponho a homenagem de filial dedicação à Santa Madre Igreja, cujo sa-

crossanto símbolo, Portugal, qual Cristóvão, trouxe pela grandeza do Mar Oceano, no mastro real das suas naves, até estas longínquas paragens do Austro.

Hoje que nos é dada a honra de transportar, também até essas mesmas paragens, o Estudo Geral que, nas recuadas eras de duzentos, El-Rei D. Diniz pedia ao Sumo Pontífice, então gloriosamente reinante, a graça de instituir na terra portuguesa, não podemos deixar de recordar que foi sob a égide da Cátedra de Pedro que a Universidade ergueu as cátedras dos seus doutores.

Magnífico Reitor e Sapientíssimos Doutores

Cabe-me pedir, agora, a vossa indulgência para a tarefa que teimastes em confiar ao representante, neste Estudo Geral, da velha Faculdade das Artes Liberais.

Pois não era ela a turbulenta, a irrequieta, a herética Faculdade dos *ingredientes*, dialéticos e sofistas, pedra de escândalo na serenidade do saber magistral da Universidade?

Que ao menos, para além da petulância do «artista» paire a modéstia do filósofo que se despoja asceticamente do saber, sabido e ressabido pelos sábios, para recomençar, ignorante, por desejo de saber.

Não vos admireis!

Quisestes para começo do nosso *Studium Generale*, segundo a praxe da Universidade que aqui prolongamos, uma «oração de sapiência» e confiaste-la a um professor de Filosofia, a ciência de não saber...

Pois, não vos admireis que, no exórdio da universitária «oração de sapiência» pedida por vós, inscreva duas interrogações:

— Que é a Universidade?

— Que é a Sapiência?

Por fim, Senhores Estudantes, alma e esperança deste Estudo Geral que agora iniciamos, presença viva dos velhos escolares que depois foram os Pedros da Fonseca, os Garcias de Orta, os Pedros Nunes, para só referir dos maiores os mais antigos:

É convosco e por vós que quero começar as lições do nosso Estudo Geral, interrogando, perguntando.

Que a pergunta com que, simbolicamente, começamos seja, afinal a grande lição que aqui viestes aprender.

E que outros, como vós, daqui a anos, que desejamos muitos, ainda vos ouçam, já encanecidos, perguntando.

É que o saber, a *sapiência* dos velhos, dos primeiros sábios que aqui vimos com a missão, mais talvez do que ensinar, de pegar como doença, é esse jeito de insatisfação, de sede, de desejo, de amor ao saber que tanto mais nos foge, quanto mais o vemos e apetecemos.

Programa desalentador?

Mas, ao fim, pode ser que alcancemos a força — coisa bem difícil! — de podermos chegar a dizer como Pitágoras, o grande e mítico Pitágoras:

— porque só Deus é sábio, sou, humildemente, o que deseja saber...

E, com essa esperança, comecemos...

— Que é a Universidade?

Pergunta ociosa, dir-se-á.

Pois não lhe respondem das prateleiras ajojadas das bibliotecas centenas e centenas de autorizadas vozes de tanto sábio ilustre! Acotovelando-se, solícitos à nossa ignorância, os pesados in-fólios e as magritas separatas de revista, não cessam de vozear.

Há a resposta do «Herr Professor», em vários tomos — em cada folha, três quartos de pé de página em comprimido in-8.<sup>o</sup> —; há o ensaio, o ensaiozito, tubo de escape da irreverência que não quadra nem convém à tese de concurso,

e se vai guardando com outros para o volume dos *Diversos*, das *Obras completas*; há até o artiguelho de página literária de jornal, rabiscado a desoras, para ajuste do equilíbrio orçamental.

Todos eles respondem: a Universidade foi...; a Universidade deve ser...; a Universidade é...

Como não há-de ser tal profusão de respostas, para o pobre ignorante que pergunta, mera confusão de vozes?

E confundidos, punhamos entre parêntesis a erudição livresca e procuremos, fenomenologicamente, apreender a essência da Universidade, numa Universidade. Não é difícil, pois — mero acaso — aqui temos, mesmo à mão, uma, novinha em folha que, muito desvanecidos, estamos estreando.

Para além da pompa litúrgica com que se apresenta, símbolo da dignidade da função, encontramos, fundamentalmente, um esquema muito simples: um grupo de homens que ensina: os mestres; um grupo de jovens que aprende: os escolares.

Ensinar, aprender...

Funções distintas, por certo, visto os termos por que as designamos serem diferentes, antitéticos; mas funções unidas pela analogia do fim que prosseguem: saber que se dá; saber que se pede.

Em todo o caso, saber...

É o saber, a velha *sapientia* dos antigos, que faz, então, de mestres e discípulos, um corpo de que são membros, um todo de que são partes, uma universalidade de que são particularidades, uma *universitas*, uma universidade.

Foi por isso que uma vez — como nas histórias — se chamou Universidade ao corpo de mestres e escolares do velho *Studium* que as precedeu a todas, incorporadas agora, numa *universitas magistrorum et scholarium*.

E começa a história da Universidade e, logo, porque prolifera o termo — equivoco pelos matizes, unívoco pelo padrão — a História das Universidades.

Que importa dizer-se de Bolonha: «era uma *universitas* de escolares»; ou de Paris: «era uma *universitas* de mestres», como se pudéssemos conceber mestres sem escolares ou escolares sem mestres.

Ou ainda que Oxónia, a britânica Oxford, era uma *universitas* de escolas, se são de escolares e de mestres!

E de um salto fixamos o começo, além do histórico. E a Universidade-conceito, começa... Começou, no dia tantos de tal, de tal ano; e é esse começo que delimita um antes e um depois, um ser e um não ser no tempo que faz com que o milheiro de Universidades existentes, e esta milésima primeira que ora começamos, sejam Universidades.

Pela estrutura, pela essência, pela *ἀρχή* que principia e comanda, une no múltiplo e permanece transformando, as universidades são universidades, porque começou a Universidade, e foi, e é...

É para lá da história que lhe vislumbramos o ser, e o geito de ter sido, marcou-a; mas foi para ser qualquer coisa que a história a fez...

Como foi; para que foi?

O «como foi», o tempo histórico dá-lhe a *raça*, o como é; o «para que foi», o tempo lógico, dá-lhe a *ratio* — a razão, o como ser...

Tentemos auscultá-las.

Pela *raça*, a Universidade é uma zaragateira, uma inconformista, uma angustiada...

Ia bem andado o século XII, esse século tão decisivo, tão genético da nossa modernidade...

Já se ouviam os primeiros vagidos deste nosso Portugal — como havia de crescer, Santo Deus, em corpo e em anos, que estamos aqui, nesta nossa Lourenço Marques, no ano da Graça de 1963! — quando em Paris, quando em Bolonha...

Mas, já repararam que a Universidade pode dizer que Portugal é um rapaz do seu tempo!

Talvez, até, da mesma criação, pois que a bula *Manifestis probatum* — tão mal estudada, para nossa vergonha — que o institui como Estado, que lhe dá foros de cidadania entre as Nações — é, talvez, mais que um documento da Cúria pontifícia, um manifesto universitário.

Firmado pelos maiores canonistas do tempo — à frente deles o Papa Alexandre III, o célebre Rolando Bandinelli, um bolonhês, neo-gelasiano, cheio do recente *Decreto* de Graciano — esse documento extraordinário, inaugura uma nova concepção de soberania: é a *dispensatio divina* que revela o soberano — concepção de soberania para ser estreada no recente e escandaloso caso de Portugal, só possível pelo fermento universitário que levedava a Cristandade.

Mas, voltemos a Bolonha, voltemos a Paris...

Em Bolonha, a *Bononia mater studiorum*, a *universitas* nasce da reacção dos escolares, ávidos da novidade dos glosadores, às velhas escolas municipais de legistas, prolongamento ininterrupto durante toda a alta idade média, da antiga escola ravenense, onde o *rhetor*, para além da discussão do *casus*, ia ensinando e comentando o *Código* Teodosiano e o *Corpus* justiniano.

O glosador do novo tipo, Irnério ou Acursio, é, afinal, herdeiro em linha recta dos últimos romanos — um Enódio, um Arator — onde ainda ecoa o retórico-jurista.

Mas são novos, aos olhos de cismontanos e ultramontanos que acorrem dos quatro cantos a ouvi-los. E porque são funcionários municipais, esses legistas-glosadores, não podem fugir à autoridade do patrão, sem risco de desemprego; e, às vezes, lá se vai a novidade...

Os escolares, esses sim, são livres! E porque o são, podem lutar livremente pelo que querem; organizam-se em nome da modernidade numa corporação, para defesa dos seus interesses, e vão arrancando os melhores mestres às

peias da cidade. Alcançam, primeiro do Imperador, logo do Papa, enfileirados entre Guelfos, a carta de alforria universitária. De ora avante é a *universitas scholarium* que terá o direito de escolher os seus mestres, para que o ensino seja moderno. E, nasce a Universidade, a nova escola, para cá da velha escola.

Em Paris, para só referir as mais antigas e mais celebradas, é o *studium* episcopal que vai dar, por reacção, a Universidade.

Os mestres que alcançam a *licentia docendi*, do *scholasticus*, o futuro *cancellarius* da *universitas*, vão-se acantonando na Rive Gauche e abrindo aula, onde a modernidade é bandeira.

A turbulenta Rue Fouarre, celebrada por Dante, não cessa de ser causa de intervenção, de reforma, seja para atenuar as violências da polícia real, seja para impor ordem nos estudos. Daí o cerrar filas, a ameaça que vai até à fuga — é uma destas emigrações de parisienses desavindos com a autoridade episcopal, que gera Oxford.

E, lentamente, perante a fama dos mestres que atraí multidões — desde as argúcias dialéticas do *Sic et Non* de um Abelardo, ao equilíbrio peripatético do *Metaphysicus* de João de Salisbúria, para quem o Estagirita é já o Filósofo — a novidade vai vencendo.

É principalmente Aristóteles, o perigoso Aristóteles, pouco a pouco traduzido do árabe e do grego, o grande atractivo. E assim se vai gerando a *Logica Nova*, a *Phisica Nova*, a *Ethica Nova*, selo do já tão celebrado modernismo do século XII.

E assim se vai gerando, à margem da velha escola catedralícia, à margem das famosas escolas monásticas de S. Victor e de Santa Genoveva, o *Studium parisiense*, com prerrogativas confirmadas e programas estatuidos em sucessivas cartas e bulas da cúria papal.

É este modelo de Paris, principalmente, que vai saltando de cidade em cidade, até pintalgar completamente o mapa da Cristandade, de Universidades — a escola nova, a escola por excelência — que também cá chega, ao recente Portugal, a Lisboa, no ano de 1290.

Mas, como todas as novidades, era de esperar que esta escola nova, inchada de modernismo, acabasse por ter a sorte das coisas novas: envelhecer, morrer...

Pois não! Aqui temos a prova.

Oitocentos anos depois, estamos abrindo mais uma que, como a nova escola de Duzentos, é Universidade e nova, apesar da velhice do nome.

Como explicar este elixir de longa vida que parece ter bebido a instituição?

Justamente, por envelhecer depressa; por ser ultrapassada e arrastada pelo saber que gera, a Universidade é permanentemente um projecto dela própria, uma reforma de si mesmo.

Para não fugir ao caso de Paris, se olharmos de relance uma história da sua Universidade, caiem, rapidamente, como um mostrador de taquistoscópio, as datas:

— 1200, reconhecimento por Filipe Augusto dos privilégios que o Papa Celestino III concedera anteriormente ao *Studium*, dando-lhe foro eclesiástico.

— 1210, primeira proibição de Aristóteles, motivada pela condenação de Amaury de Benne e David de Dinant.

— 1215, estatutos de Courson, proibindo a *Metafisica* e os livros de Filosofia Natural, de Aristóteles.

— 1231, carta de Gregório IX, *Parens scientiarum*, a sua *Magna Charta*, permitindo a leitura dos livros de Aristóteles, expurgados.

— 1255, novos estatutos incluindo nos programas universitários todas as obras conhecidas de Aristóteles, sem restrições.

Isto é, a grande novidade universitária, Aristóteles, perigo-

so em 1210 aos olhos da Igreja, vai pouco a pouco vencendo, em reformas sucessivas, até ao êxito completo de 1255.

Mas não fica por aqui a insatisfação. Os «artistas» abusam e é o escândalo do averroísmo; os teólogos reagem, mas dentre eles há quem avance para o combate de Aristóteles em punho, depurado, afinado e são os dominicanos modernizantes, Alberto e Tomás.

O correctivo, a reforma, não se faz esperar; é o célebre *syllabus* de 1277, do Bispo de Paris, Tempier, mas, por certo inspirado por João XXI, o nosso Pedro Hispano, também universitário e também vanguardista aristotélico, de outro matiz. Nele se condena Sigério de Brabante e o averroísmo; mas, também, Tomás de Aquino é fortemente atingido.

Depois, saltando aqui e além, para não alongar, é, no século XV, a reacção contra o aliciante nominalismo ocamista do século XIV. No século XVI, a grande arremetida de renascentistas e protestantes contra Aristóteles, enraizada na Universidade, apesar da grande relutância dos teólogos, da Igreja; no século XVII a nova modernidade cartesiana contra o humanismo jesuíta, de onde afinal saíra. Por fim, no século XIX o kantismo e o comtismo na sua fúria anti-metafísica. E são agora as arremetidas fenomenológicas, ónticas ou existenciais, contra o cientismo e o positivismo dezanovecentista que, depois, enfiado de «neo» afirmará a pés juntos — e queremos acreditá-lo apesar do equívoco nome — que nada tem a ver com o seu semi-homónimo do passado século.

Isto, não falando no permanente revolucionar das técnicas que, se ultrapassam dia a dia, hora a hora e, como também querem ser universitárias — porque não? se a Universidade é acolhedora e, os seus pergaminhos, apesar de ressequidos, dão tom... — invadem-na, fazendo envelhecer bibliotecas e laboratórios em menos de um ano.

E, tudo, afinal, se processou e processa, dentro ou em

torno na velha Universidade, que nasceu em crise, reformando-se e continua, oitocentos anos depois, em crise, reformando-se.

Que riso não dá, a quem se coloca diante da panorâmica do tempo, ver os grandes vanguardistas com ideias novinhas em folha sobre a nova Universidade, sonhando-a moderna, actual, reformada!

Eles são, afinal, os grandes tradicionalistas!

Olhem para o lado, olhem para trás! Ver-se-ão multiplicados, como num jogo de espelhos, porque todos os universitários foram assim, desde os velhos «parisienses», a nós todos que estreamos o Estudo Geral de Moçambique, desejosos de reformas, desejosos do amanhã, porque o hoje já é ontem.

É esta a raça da Universidade, a raça que lhe vem do berço e que guardou, crescendo e multiplicando-se.

Inconformismo, vanguardismo!

E cada professor, cada aluno, um reformador em potência, para além de todas as reformas.

Mas, afinal, para que fizeram as Universidades esses recuados *magistri* de Duzentos? Para que continuamos, ainda agora, neste momento, a Universidade, se ela não cabe em si mesma e transborda para outra, sistematicamente, pendularmente, como o tic-tac do relógio?

E, apesar disso, teima em chamar-se Universidade, para ser Universidade, como que orgulhosa da sua linhagem...

A sua linhagem!

Não, não nasceu das tristes ervas nem é órfã, como se depreende do processo do seu nascimento que esboçamos antes.

Corre-lhe nas veias sangue azul, é nobre, filha de algo.

Os homens que a começaram tinham a consciência disso e é preciso que nós, ao continuarmos uma, projectando-a em terra nova e novos tempos, não o esqueçamos.

A cada passo topamos nos escritos dos mestres parisienses que a fizeram, a ideia que Paris é a herdeira de Atenas; herdeira do seu saber e da instituição que o perpetua, a sua escola. O tema da *translatio studii*, batido e rebatido pelos autores, desde o velho Alcuino, professor de Carlos Magno — qual Aristóteles ensinando Alexandre — até ao *Speculum historiale* de Vicente de Beauvais e aos poemas de Chretien de Troyes, torna-se tópico, lugar comum.

«A fonte de doutrina e de sapiência está em Paris, como esteve outrora em Atenas e em Roma», dizia-se.

Se Atenas morrerá como cidade, alguma coisa a imortalizava, continuando-a, prolongando-a.

Atenas era a escola, os mestres, e esses não morreram.

Lá estavam todos em Paris, vivos e continuando-se, eles, os antigos, nos modernos.

«Nós somos como anões encarrapitados nos ombros de gigantes — dizia Mestre Bernardo Silvestre, um chartrense, no saboroso e bem intitulado livro *De mundi universitate sive Megacosmus et Microcosmus*.

«Assim — continua — vemos melhor e mais longe que eles, não pela nossa vista ser mais aguda, ou a nossa estatura maior, mas porque nos levantam e erguem com a sua gigantesca altura...».

E, o caudal desse rio de águas vivas — como lhe chama o nosso João XXI numa carta — não pára, correndo de Atenas a Paris e de Paris, transbordando para toda a Cristandade.

«Esse rio do ensino das belas-letras que, por graça do Espírito Santo, irriga e fecunda o paraíso da Igreja Universal, saiu do seu leito, a cidade de Paris, onde até agora tinha sido vigorosamente contido», diz-se num documento pontifício de 1229, preparando a bula *Parvus scientiarum*, a que já aludimos.

*Sicut Athenis...*



Foi para ser como Atenas que a história fez, um dia, a Universidade.

É o seu modelo, a sua razão de ser, a sua *ratio*.

Mas, porquê Atenas para paradigma, se o ambiente que gera a Universidade, o ambiente dos seus primeiros passos, o ambiente da sua glória é, sem dúvida, a Cristandade?

Nem sequer podemos dizer, com alguns, que ela é a laicização da escola eclesiástica, pois, quando muito, essa pseudo-laicização não passa de uma transferência progressiva do domínio da autoridade episcopal ou municipal para a autoridade do Papa.

Das Faculdades em que se reparte são a Teologia e o Decreto, os Canones — as ciências sagradas — as que têm a primazia sobre as outras. E não é novidade dizer-se que é em Paris que nasce a Teologia — o termo é usado, no sentido moderno, pela primeira vez por Abelardo — e em Bolonha, o Direito Canónico, com o *Decreto* de Graciano.

Teologia e Decreto, são, pois, as novidades que surgem com os primeiros assomos universitários, em meados do século XII e não será arrojo afirmar que foi para o estudo das novas disciplinas que as escolas se fizeram Universidades.

As outras, que aparecem no quadro mais ou menos completo dos estudos, são velharias ao pé delas.

As Artes Liberais, introdutórias, propedêuticas, representam uma herança da escola romana, sacralizada em escolas monásticas e catedrales.

O Direito Civil e a Medicina são a absorção de um ensino que nunca se interrompera, em Itália, durante a alta Idade Média — Medicina em Salerno, Direito em Pavia e Bolonha.

A grande novidade é, pois, a Teologia — o Direito Canónico é-lhe, de algum modo, subsidiário, pois se constitui em disciplina nova, universitária, absorvendo-lhe o método.

É, então, na Teologia que devemos procurar a novidade universitária e, paradoxalmente, o fio condutor que liga a nova escola a Atenas?

A Teologia, tal como Abelardo a concebeu no, então escandaloso e calamitoso livro, *Tractatus de unitate et trinitate divina seu Theologia Christiana*, uma obra decisiva, apesar de condenada em Soissons, em 1121, é, afinal, a aplicação de um método novo a uma ciência velha.

O seu objecto, o estudo da doutrina revelada, na Sagrada Escritura e nos Padres, não é novidade e, sob este aspecto, Abelardo é um seguidor de Agostinho e, até, pela intenção, de Anselmo, o grande inovador da «Fides quaerens intellectum».

É, pois, no método que surge a novidade, a aplicação da dialéctica ao dogma, esse arrojo que tanto escandalizava o seu contemporâneo Bernardo de Claraval e que é, simplesmente, o terminus de uma tendência que tem a sua história, ligada já no IV século à crise ariana, no Oriente e, no Ocidente, rastejando desde longe com assomos mais ou menos evidentes, como João Escoto Eriugena e outros no período post-carolíngio.

Afinal, é o afirmar que a razão, o λόγος, é um valor perante a fé, se a considerarmos como mero adjuvante, instrumento iluminável mas, quando iluminado, iluminador.

Por isso, já alguém disse que o famoso *Sic et non*, do mesmo Abelardo onde expõe e aplica a nova técnica, é o primeiro *Discurso do Método* do Ocidente.

As contradições entre as sentenças dos Padres — os *dicta sanctorum* — são, afinal, contradições de nomes, de significações; formais e não essenciais.

E a razão, partindo de si mesma, elevará a letra ao espírito, as razões à razão — dialécticamente, dois λόγος ao λόγος —, o múltiplo ao uno, ao simples, ao inteligível.

Dialécticamente! Como em Platão...

Abelardo não conhecia, directamente, Platão — aliás,

o seu espírito orgulhoso é rebelde a autoridades, apesar da admiração pelos Filósofos: «não é hábito meu recorrer à tradição como professora, mas às forças do meu espírito», escreveu algures.

É pelas traduções boecianas, de Profírio e do Aristóteles dos primeiros livros do *Organon*, que se presente o platonismo difuso dos últimos comentadores neo-platónicos.

Em todo o caso, a presença de Platão que prenuncia a presença de Aristóteles, o Filósofo por antonomásia dos escolares universitários e que pre-supõe a de Sócrates.

Pois não escreveu o mesmo Abelardo uma *Ethica seu Scito te ipsum*, o γνωθι σεαυτόν socrático?

Sócrates, Platão, Aristóteles!

Mas, afinal Atenas...

É a que leva a novidade da Teologia, a novidade da dialéctica, a novidade universitária.

Sócrates, Platão, Aristóteles, encadeando-se, gerando-se, mesmo ao serviço do Cristo, mesmo disciplinados por Cristo.

Mestres e discípulos!

E voltamos ao esquema muito simples que apreendemos, ao princípio, fenomenologicamente, como essência da Universidade! Mestres e escolares.

Mas, agora: Mestres e discípulos!

Uma relação geradora. Não, mestres e aprendizes, relação meramente transmissora.

A disciplina que procura o discípulo não é mera aprendizagem, um saber-fazer, mas sim um saber-pensar.

A disciplina que procura o discípulo, a que Aristóteles recebe de Platão, a que Platão recebe de Sócrates e a que Sócrates procura em Sócrates... O Mestre interior!

Γνωθι σεαυτόν, conhece-te a ti mesmo, o caminho tornado μετὰ ὁδός que leva à σοφία, à sabedoria, à sapiência...

Conta Sócrates, pela pena de Platão, num passo célebre do *Fedon* que, cansado de buscar nele ou noutros o que procurava, começara a «segunda navegação», o δεύτερο πλοῦς. E então refugiara-se no lado dos λόγοι para encerrar neles a verdade dos «sendos».

E isto, para saber e ver o que não vira nem soubera, confundido no plano da vivência.

Lá, no lado dos λόγοι, separado, desligado, poderia então «viver com» e não «viver em» e pelo «com» contemplar, ver, saber, o que não contemplava nem sabia nem via no «em».

E a vivência seria então con-vivência: sendo «eu», sendo «tu». Para além de uma coisa nas coisas, um homem entre homens.

O homem, conhecendo-se a si mesmo. A sapiência!

A sapiência é então o homem definindo-se, porque conhecendo-se, delimitando a fronteira de si mesmo, separando-se do não-homem, fazendo-se, con-tendo-se, sabendo-se.

A τέχνη, o saber fazer, a πράξις, o saber usar, o saber ter, só serão saberes, pelo saber: o homem sabendo-se.

Por isso, cuidado!

Como o velho Abelardo que encontramos entre os primeiros que geraram a Universidade distingamos, cortemos dialécticamente os termos enleados no equívoco, na confusão...

Fala-se frequentemente — ia a dizer bãrbaramente — em Universidade técnica. Haverá talvez a intenção — boa intenção, por certo — para abreviar, para facilitar, que a Universidade seja técnica, uma escola só, de aprender a fazer, como se aí estivesse a panaceia que cura o que se pensa um mal.

E atrás da boa intenção vem até a petulância — logo, má — de pensar, por não acostumado o ouvido, que «técnico» é sinónimo de «moderno».

Pobre termo, tão velhinho, já usado e abusado por Platão! Pois não é moderno, pelo menos em relação à Universidade, mais jovem pela idade, mais viril pela humanidade, apesar dos seus cabelos brancos.

Ela, não precisa de arrebiques, não é adjectivel.

É — por si — substantiva.

Todo o resto — e cabe lá tudo, deve lá estar tudo — é acessório, contingente.

Mas, para além da contingência de tempos e de lugares; para além da contingência das linguas que falar, para além da contingência das técnicas que ensinar a Universidade, é só Universidade, escola de sapiência.

*Sicut Athenis!*

Há um ror de anos, cerca de 1520, um português — Pedro Margalho se chamava ele — professor ilustre de uma famosa Universidade, Salamanca, e nela introdutor do então chamado «método parisiense», portanto, um inovador e um tradutor de estudos, escrevia, talvez por isso, no prefácio de um livro de lógica: «...Como o saber e a escola emigraram de Atenas a Paris, e agora, de Paris a Salamanca, queira Deus, molhe e fecunde a terra Portuguesa».

Era nas vésperas da grande reforma joanina da nossa Universidade que fez dela, reformada, a gloriosa Universidade de Coimbra, da era de quinhentos.

Queira Deus, também, que todos nós, mestres e escolares que ora aqui estamos, nos sintamos encharcados das águas vivas que, brotando de Atenas, regaram Paris, banharam Salamanca e correram na terra portuguesa, coleando nos vales até Lisboa, até Coimbra, até ao Porto.

E, depois, saltando de ilha em continente, aqui chegaram a este cabo do mundo, a refrescar, a fecundar...

*Laus Deo!*

*Alocução de Sua Excelência o Governador-Geral  
Almirante Manuel Maria Sarmento Rodrigues*



Espero que nem para os mais cépticos restem agora dúvidas: os estudos universitários chegaram a Moçambique. E acabado, que foi, este argumento para discorrer sem cuidados, não faltarão outros motivos de crítica a uma realização que, para chegar a este ponto, muitas agruras acarretou. Os próprios organizadores não estarão plenamente satisfeitos com a obra que servem. Nem eles nem ninguém. Mas isso são cuidados e desejos de perfeição, as mais das vezes construtivos.

O certo é que temos a Universidade em Moçambique, o que, para mim, é motivo de grande regosijo. Além do mais, é o coroamento dum esforço que nos tem absorvido nos últimos tempos.

Quero neste lugar dirigir a expressão sincera do meu reconhecimento e também do meu alto apreço a todos os que concorreram, com as suas ideias, com os seus estudos, com a sua acção directa, para que se pudesse chegar a este momento feliz. Neste pensamento desejo envolver os que em mensagens, em relatórios, em propostas, em reuniões, em congressos, na imprensa, em conferências, em livros, nos Serviços Públicos, defenderam e se bateram por uma causa que, por ser justa, acabou por vingar; e os que mais concretamente tiveram ensejo de contribuir para a sua materialização, mercê das situações em que se encontravam e que lhes permitiam resoluções; àqueles que puderam executar os imensos trabalhos preparatórios; e ainda a

todos os que se dispuseram a participar nas actividades que decorreram.

Seria bem difícil, senão impossível, a cada um lembrar; e bem melindroso excluir alguns. No entanto, entendo ser do meu dever fazer algumas evocações e referências especiais:

Ao Prof. Adriano Moreira, ao tempo Ministro do Ultramar, a quem se deve a iniciativa final e a publicação dos diplomas fundamentais da criação dos Estudos Gerais, em associação com o Ministro da Educação Nacional de então, Prof. Lopes de Almeida.

Ao actual Ministro do Ultramar, Comandante Peixoto Correia, sob cuja égide se publicaram outros diplomas reguladores da actividade, nos diversos aspectos administrativos e de ensino, também em estreito entendimento com S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Educação Nacional, Prof. Galvão Teles. Assim como ao Senhor Prof. Silva Cunha, que no seu alto cargo de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, muito tem ajudado a solução de importantes questões concernentes ao ensino.

Ao Senhor Director-Geral do Ensino Superior e de Belas Artes, Dr. João de Almeida, que tomou uma direcção e esclarecida participação no estudo e elaboração dos diplomas.

Certamente muitas mais individualidades intervieram na Metrópole para estes trabalhos, mas seria bem difícil referi-las sem exclusões. Mas não quero deixar de lembrar a valiosa colaboração das Universidades Metropolitanas e a acção das Direcções Gerais do Ministério do Ultramar, que muito fizeram para facilitar a resolução dos vários problemas postos.

De Moçambique penso que será bem justo citar em primeiro lugar o Senhor Reitor dos Estudos Gerais, Prof. Veiga Simão, que tem sido verdadeiramente incansável nos seus esforços e que sei ter vivido, de há longos meses

a esta parte, inteiramente absorvido pela sua grande tarefa, a ela sacrificando tudo, desde os interesses materiais ao conforto familiar, sem esquecer o abandono de predilecções intelectuais a que se viu forçado. A sua tenacidade e amor à obra a que se devotou são exemplos que se impõem aos novos de hoje, e certamente aos estudantes, para que na acção das suas vidas, para as quais se prepararam, nunca falte o entusiasmo de uma fé e a confiança na capacidade de cada um. Aqueles que alguma vez fizeram qualquer coisa de novo — e no Ultramar encontram-se felizmente muitos — saberão melhor do que ninguém apreciar o gente esforço que teria sido necessário para conseguir instalações, material escolar, professores, pessoal administrativo, orgânica, dotações e uma variedade imensa de exigências, problemas que só com ânimo forte foi possível a tempo resolver.

É certo que apoios não faltaram. Nas Direcções de Serviço, entre as quais as de Fazenda e de Obras Públicas, fez-se tudo para suprir naturais deficiências e para realizar as obras e adquirir os materiais indispensáveis. Também se verificou o melhor espirito de colaboração de Serviços vários, como aqueles de que dependem o Laboratório de Ensaio de Materiais, o Laboratório de Patologia Veterinária, os hospitais de Lourenço Marques, os institutos de investigação científica e serviços de Agricultura. Em todos se encontrou sempre a vontade de facilitar a montagem e o funcionamento capaz dos Estudos Gerais.

E não gostaria de esquecer a acção do Presidente da Junta do Comércio Externo, Major João Maria Bento, que com uma devoção extraordinária — quero dizer grande e não obrigatória — se empenhou em participar directamente na orientação de muitos trabalhos para a instalação e aparelhamento dos vários serviços, cedendo técnicos, meios e materiais. Foi um apoio de excepcional valor e que não se poderia deixar de referir e louvar.

Embora pudesse e até desejasse prosseguir em mais citações, peço que compreendam e me desculpem de ficar por aqui.

\* \* \*

Ser-me-ia muito agradável poder acrescentar alguma coisa de útil às eruditas palavras do Magnífico Reitor, sobre a história dos estudos universitários em Moçambique. Mas vejo que muito pouco saberei dizer.

Históricamente não podem eles deixar de se filiar no próprio sentido dominante dos descobrimentos, a civilização. Sem querer ir desenvolvendo os progressos e a ascensão do ensino, nos vários graus, nem referir tudo o que se fez no último estágio — estudos considerados superiores — no Oriente, na África e na América Portuguesa, bastará deixar alguns tópicos para balisar o caminho até ao dia de hoje.

António Galvão, o das Molucas, cria o primeiro seminário em Ternate, nos meados do século XVI. E em Goa é fundada a primeira e famosa Universidade, a de S. Paulo, antes de ter sido reformada a própria Universidade de Coimbra, por D. João III.

Mas afora a Teologia e o Direito e outras matérias que se ensinavam nestes estabelecimentos de religiosos, e que não podiam deixar de ser considerados estudos superiores, já na Índia havia aulas de medicina desde o século XVII. (É altura de dizer que os jesuítas portugueses foram também os pioneiros do ensino da medicina europeia no Japão, no século XVI). No século XVIII criaram-se em Goa a Academia Militar, a Academia de Matemática, a Academia de Marinha e a Academia de Fortificações. E em 1845 teve formal existência a Escola Médico-Cirúrgica que sucedeu à primitiva escola de medicina e cirurgia de 1801. Ficou sendo o mais antigo estabelecimento de ensino médico e cirúrgico ocidental em terras ultramarinas. Isto sem contar

com as tentativas falhadas de Escolas Médicas em Angola, Moçambique e Cabo Verde, ainda no século XVIII.

Por outro lado, sabe-se que em 1694 foi para a Índia enviada uma Ordem para se concederem bolsas de estudo. É a primeira de que há memória e parece que se lhe perdeu o rasto. Mas em 1833 criaram-se efectivamente bolsas para os estudantes do Ultramar irem cursar na Metrópole estudos superiores.

Os resultados foram por vezes até brilhantes, pois grande número de cientistas e personalidades destacadas, inclusive nos meios metropolitanos, surgiram dessa iniciativa. Entre eles, por exemplo, Raimundo Venâncio Rodrigues, da Índia, que foi Lente em Coimbra, Deputado por Coimbra e seu Presidente da Câmara. Sá da Bandeira, 50 anos mais tarde, viria a dar um vigoroso impulso a este movimento.

No começo deste século, apresenta-se como de mais realce, para Moçambique, a iniciativa da Câmara Municipal de Lourenço Marques, em 1911, de criar bolsas para esses estudos.

Em Setembro de 1945, por uma portaria do Ministro Marcelo Caetano, do seu Gabinete em Lourenço Marques, concedem-se subsídios a estudantes com o curso geral dos liceus ou cursos de habilitação para ingresso nos institutos médios ou de Belas Artes. Ao mesmo Ministro se deve a criação da Casa dos Estudantes do Império.

Outros subsídios e bolsas foram concedidos, ao longo dos anos, tendo finalmente tudo sido regulado pela portaria ministerial de 20 de Fevereiro deste ano (1963).

Mas com bolsas ou subsídios ou sem eles, o número de estudantes universitários de Moçambique crescia apreciavelmente e, o que é mais, marcava a sua presença em qualidade. Sem se saber ao certo quando daqui saíram os primeiros estudantes, do que temos a certeza é da existência de muitos cursando universidades metropolitanas no começo

deste século. Alguns deles eram mesmo nascidos em Moçambique, seus naturais. Sem querer citar os seus nomes, mesmo para os mais destacados, ser-me-á consentido que, nesta cerimónia universitária, refira alguns que alcançaram os mais elevados graus universitários, como Fernando Carvalho Araújo, Valente de Almeida, Orlando Mendes, Nandim de Carvalho, Ário de Azevedo, Matos e São, Rodrigues Martins; outros ocuparam e ocupam altos cargos militares — até na jovem Força Aérea, da qual um ilustre Oficial General, o Brigadeiro Costa e Almeida, serve neste momento em Moçambique — e na governação, ou são distintos médicos, historiadores insígnies, como Alexandre Lobato, advogados, engenheiros, médicos-veterinários, engenheiros — agrónomos e silvicultores, professores e elementos de relevo em outras actividades. Já não seria simples fazer um inventário seguro, tanto mais difícil quanto é corrente e natural a diluição de grande número em outros meios nacionais diferentes do seu berço.

Mas a corrente engrossa cada vez mais e novas medidas oficiais tomadas vieram ao encontro dessas aspirações.

E assim, em 1953, é permitida e regulada a realização de exames de aptidão às Universidades, nas cidades do Mindelo, Luanda, Lourenço Marques, Goa e Macau, facto que veio permitir um maior acesso de estudantes do Ultramar.

No mesmo ano são concedidas e regulamentadas passagens gratuitas entre a Metrópole e o Ultramar a estudantes de cursos superiores ou outros não existentes nas províncias ultramarinas. Esta era uma grande porta que se abria, talvez a maior de todas elas. O aumento de estudantes subiu vertiginosamente.

Todos estes movimentos foram ainda animados pela vinda a Moçambique de 3 cursos universitários de férias, em 1960, 1961 e 1962, chefiados pelos Professores Marcelo Caetano, Guilherme Braga da Cruz e Manuel Correia de

Barros, respectivamente Reitores das Universidades Clássica de Lisboa, de Coimbra e do Porto, acompanhados por Professores dos mais distintos. Eles visavam satisfazer certos anseios de cultura e convivência universitária nestas províncias. Mas o ritmo de crescimento do interesse pelo ensino superior era tal que, pode dizer-se, depois do segundo curso de férias, a aspiração geral foi a de uma universidade a funcionar aqui.

Cabe agora recordar que nas cerimónias desse segundo ano, em 1961, tanto pelo Magnífico Reitor, Prof. Braga da Cruz, como pelo Governador-Geral, foram publicamente expressos votos numa próxima criação desses estudos. No mesmo sentido se tinha já pronunciado o Governador-Geral na sessão extraordinária do Conselho Legislativo em Agosto de 1961, convocada para apreciar vários diplomas de ensino. Apontavam-se como perspectivas para um próximo futuro a instituição de cursos superiores.

Mas, é evidente, eram apenas votos. Outros teriam sido porventura anteriormente formulados, recordando-me, pelo menos, do que consta do depoimento do eminente Cardeal Gouveia, de 13 de Março de 1960.

Eram na verdade votos, mais ou menos autorizados, mas simplesmente votos. Já o mesmo se não pode dizer da declaração pública do Ministro do Ultramar, feita em Setembro de 1961 na Associação Comercial da Beira, pela qual considerava oportuna a próxima criação de estudos gerais universitários em Moçambique. Ela continha já em si alguns poderes de realização, ainda que não todos. Era, além disso, uma palavra do Governo que detinha os meios para a concretizar.

Lembro-me de que, quando me foram generosamente dadas delegações para criar estabelecimentos de ensino técnico e secundário, foi expressamente acentuada a excepção dos estudos universitários! Tratava-se, de facto,

duma prerrogativa do Governo Central que seria bem difícil, senão impossível, delegar.

Contudo, em Maio de 1962, na cerimónia de inauguração das instalações do Liceu António Enes, já me foi dado confirmar a próxima criação dos estudos gerais universitários, com quatro ou mais ramos.

É em Setembro de 1962 que se publica o Decreto-Lei n.º 44 530 — Ministro Adriano Moreira — instituindo os Estudos Gerais em Moçambique. A seguir, os decretos do mesmo ano constituíam o corpo docente, nomeavam pessoal e estabeleciam categorias e gratificações. O Decreto 45 180 — Ministro Peixoto Correia — de Agosto de 1963, estabelece o regime de funcionamento dos Estudos Gerais e uma portaria ministerial de Setembro deste ano regula o recrutamento do pessoal técnico, administrativo e menor. Portarias do Governador-Geral de Moçambique completam a legislação e as providências orgânicas para que os Estudos Gerais estejam a funcionar, como estão, com os cursos de engenharia — em vários ramos — medicina, agronomia, medicina veterinária e ciências pedagógicas. Estava estruturada a orgânica fundamental.

Com a publicação do último decreto do mês findo, fica estabelecida a possibilidade de se fazerem aqui exames de frequência para cursos em que é permitido o voluntariado, ou sejam, Direito, Letras e Ciências Políticas e Sociais. Mais um novo passo.

Finalmente, com a vinda de professores qualificados, sob a direcção do insigne Reitor Prof. Veiga Simão, um dos mais destacados valores do professorado português, e depois do grande esforço por todos dispendido, podemos dizer que os Estudos Gerais Universitários de Moçambique são uma agradável e prometedora realidade. Aos cinco cursos que estão sendo professados outros mais se lhes seguirão, sendo de esperar que um dos primeiros venha a ser o de Ciências Económicas e Financeiras.



Quanto às instalações, embora adaptadas em parte, têm a dignidade necessária e serão em breve satisfatoriamente eficientes. Mas terão de ser consideradas provisórias, enquanto se não for executando a construção definitiva duma cidade universitária, cujos planos estão sendo objecto de estudo e consideração.

Pelo que diz respeito à sua localização, verificou-se ser aconselhável de início a capital da Província. Mas isso não impede que, sem favor, se preveja, para um futuro não muito distante, a instalação de estudos universitários em outras localidades de Moçambique.

O afluxo verificado logo neste primeiro ano foi animador. 266 alunos, mesmo deduzindo os 131 de Ciências Pedagógicas, é um bom início para qualquer Universidade. E se considerarmos que nas Universidades Metropolitanas frequentam vários cursos perto de 800 estudantes moçambicanos; e se repararmos na extraordinária e sempre crescente frequência dos vários liceus da Província, pode-se ter como certo que, dentro de bem poucos anos, a Universidade de Moçambique, possivelmente desdobrada para além da capital, será uma pujante realidade a acrescentar à grandeza universitária da Nação.

Não sei se, depois disto, ainda se persistirá na já hoje injustificada tendência de enviar estudantes portugueses cursar universidades que não são nacionais. A não ser em casos muito especiais e muito raros, penso que só uma atracção pelo que é estrangeiro e consequente descrença das nossas próprias capacidades poderiam fazer compreender tal procedimento. Pelo contrário, sempre considereei que se justificassem até sacrifícios financeiros para enviar os filhos a universidades e escolas portuguesas, ainda que em países estrangeiros lhes oferecessem mais aliciantes condições.

Magnífico Reitor:

Na história contemporânea do ensino em Moçambique temos hoje de colocar uma pedra, grande e branca, com os Estudos Gerais Universitários. Eles são a verdadeira cúpula dum edifício que ficará a assinalar uma época e um esforço, uma ideia e uma política: o engrandecimento da Nação pela valorização de Moçambique.

Temos a Universidade de Moçambique. É como uma expressão concretizada de ansiedades, e será decerto uma atracção e concentração de valores. Corresponde à evolução e crescimento duma sociedade e é também um índice do seu poder.

E há-de ser um elo poderoso da unidade nacional. Mas para isso tem de estar em perfeita e permanente associação com as suas congéneres de outras províncias portuguesas, sem delas nunca se afastar.

Se a Universidade Portuguesa tem de ser reformada — como de tantos lados se afirma ser necessário e urgente, perante a evolução da vida e da técnica — aceito e desejo que comece por sê-lo em Moçambique, mas em estreita ligação e claro entendimento com as outras, sem que de maneira alguma aqui se caminhe por um rumo divergente.

Podem compreender-se especializações, ou especiais desenvolvimentos, determinados pelas condições propícias do meio. Mas eles poderão servir não apenas a Moçambique mas a todos os estudantes portugueses que os virão frequentar, em perfeito entendimento o mútuo apoio entre as várias universidades da terra portuguesa.

\* \* \*

Desejaria, para acabar, dirigir breves palavras de saudação aos Senhores Professores e de exortação aos alunos.

Aos primeiros direi simplesmente que, na esteira bri-

lhante do seu Magnífico Reitor, a missão que os trouxe é das mais nobres e mais honrosas. Servidos por uma qualificação científica que merece o maior respeito, na consciência plena duma tremenda responsabilidade que consiste em serem o guia, o farol, o paradigma — na sua vida intelectual, pública e privada — para os seus alunos, pode ver-se como é grave descuidar, um instante só, esse encargo, abandonando ou prejudicando a preparação moral e técnica dos dirigentes portugueses de amanhã. Estou convencido de que, se a sua vinda para Moçambique pode significar um sacrifício, não deixará menos de ser um privilégio assumir tão graves compromissos perante o futuro da nossa Pátria.

Aos alunos, moçambicanos de nascimento ou de coração — quem há entre nós que o não seja! — quero manifestar a minha convicta esperança de que, pela sua conduta e aproveitamento, possam honrar a Universidade que os formou. São eles o alvo a quem se destinam todos os esforços e sacrifícios, todas as esperanças do Governo e dos Mestres. Serão eles, em suma, o verdadeiro fruto da Universidade que dessa maneira lhes entrega, à sua consciência e à sua inteligência, os seus próprios destinos.

Sabidas as tradições de Moçambique, não duvido de que, mais uma vez, os nossos estudantes saberão ser novo motivo de orgulho da Pátria Portuguesa.

6518-V  
MINERVA CENTRAL  
LOURENÇO MARQUES

Exemplar gentilmente cedido por  
Luis Serpa Santos